Um inquérito sobre a federalização da Universidade do Paraná (1950)

Eliezer Felix Souza^{*}
Névio de Campos^{**}

Resumo: Neste artigo, pretende-se reconstituir algumas facetas do debate sobre a federalização da Universidade do Paraná que foi divulgado pelo jornal Gazeta do Povo entre o final de 1949 e o fim de 1950. Aborda-se a cobertura dada pela imprensa ao lançamento e à oficialização da federalização da referida Universidade, mas principalmente à organização do inquérito sobre a estatização do ensino superior paranaense. Publicado na Gazeta do Povo, entre os meses de janeiro e fevereiro de 1950, o inquérito mobilizou a comunidade acadêmica e política do estado, na tentativa de estabelecer uma visão homogênea do processo de federalização da Universidade do Paraná. À luz do conceito de intelectual como organizador da cultura, proposto por Antonio Gramsci, é possível afirmar que a federalização da Universidade contou com participação da comunidade acadêmica e dos grupos políticos e também com a intervenção da imprensa, que, ao mobilizar docentes, discentes e lideranças de outras instâncias da sociedade civil, criou uma representação coletiva a respeito desse processo.

Palavras-Chave: ensino superior, história intelectual, intelectuais, imprensa

* Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa e integrante da carreira técnica universitária da mesma instituição. E-mail: eliezer.felix@hotmail.com

** Pós-doutor em história pela Universidade Federal do Paraná e doutor em Educação pela mesma instituição é professor no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-PR). E-mail: ndoutorado@yahoo.com.br

An inquiry on the federalisation of the University of Paraná (1950)

Eliezer Felix Souza
Névio de Campos

Abstract: This article aims at reconstituting some facets of the debate on the federalisation of the University of Parana, made known by the newspaper *Gazeta do Povo* between the end of 1949 and end of 1950. Thus, it deals with the coverage done by the press when the University was launched and the federalisation became official but it mainly deals with the period of the organization of the inquiry about the nationalization of higher education in Paraná. Published in the *Gazeta do Povo* between the months of January and February 1950, this inquiry mobilized the academic and political community in the State, in the attempt to establish a homogeneous view of the federalisation process of the University of Paraná. In view of the concept of the intellectual as an organizer of culture as proposed by Antonio Gramsci, one can affirm that the federalization of the University had the participation of the academic community and political groups. In addition, the intervention in the press created a collective representation about this process by mobilizing teachers, students and leaderships from other areas of society.

Keywords: higher education, intellectual history, intellectuals, press

Una averiguación sobre la federalización de la Universidad de Paraná (1950)

Eliezer Felix Souza
Névio de Campos

Resumen: Este artículo tiene la intención de reconstituir algunas facetas del debate sobre la federalización de la Universidad de Paraná que fue publicado por el periódico *Gazeta do Povo* entre finales de 1949 y de 1950. Se trata de la cobertura dada por la prensa al momento del lanzamiento y de la oficialización de la federalización de la referida Universidad, y principalmente a la organización de la averiguación sobre la estatización de la enseñanza superior paranaense. Publicada en la *Gazeta do Povo*, entre los meses de enero y febrero de 1950, la averiguación movilizó a la comunidad académica y política del estado, en el intento de establecer una visión homogénea del proceso de federalización de la Universidad de Paraná. A la luz del concepto de intelectual como un organizador de la cultura, propuesto por Antonio Gramsci, es posible afirmar que la federalización de la Universidad contó con la participación de la comunidad académica y de los grupos políticos, así como la intervención de la prensa, que, al movilizar a docentes, estudiantes y líderes de otras instancias de la sociedad civil, creó una representación colectiva acerca de este proceso.

Palabras Clave: enseñanza superior, historia intelectual, intelectuales, prensa

Introdução

Em 1950, a Universidade do Paraná (UP) foi federalizada. Essa instituição havia sido criada por iniciativa particular em 1912, no bojo da lei Rivadavia Correia (1911), uma das expressões do direito liberal moderno no Brasil. Entretanto, logo em seguida, com a Lei Maximiliano (1915), foi suprimida, ou melhor, transformada em três faculdades isoladas (Direito, Medicina e Engenharia). Em 1946, com a união das três faculdades à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1938, a UP foi restabelecida.

A história da educação brasileira é caracterizada pela contínua disputa entre os que defendem um sistema oficial e os que defendem um sistema livre de ensino. No caso da história do ensino superior no Paraná, percebemos que essas posições ganharam visibilidade em dois momentos diferentes. No início do século XX, no movimento de criação da UP, houve uma intensa defesa do direito de grupos particulares criar instituições de ensino superior. Naquele momento, conforme Névio de Campos (2013), o argumento para fundamentar a criação da UP era de origem liberal. Já, na década de 1940, ganhou notoriedade o movimento pela estatização da UP, com o argumento de que a iniciativa particular não teria força para ampliar a potencialidade do ensino superior e, portanto, essa tarefa hercúlea deveria ser repassada à esfera estatal.

Neste artigo, interessa-nos problematizar a ação dos intelectuais no movimento pela federalização da UP. A pretensão é retratar o debate promovido pelos integrantes da UP com base no que foi publicado na *Gazeta do Povo*¹, assim como analisar os efeitos de sentido que essas posições constituíram no âmbito da história do ensino superior do Paraná e do Brasil. Privilegiamos olhar para esse periódico porque ele deu visibilidade a *Um inquérito sobre a federalização*, lançado por Raul Rodrigues Gomes², jornalista e integrante do corpo docente da Faculdade de Direito do Paraná. Neste texto, apoiando-nos no conceito de intelectual como organizador da cultura de Antonio Gramsci (2001), discutimos a atuação dos intelectuais paranaenses (grupo político e corpo docente) no processo de defesa da federalização da UP, especialmente a intervenção

¹ A *Gazeta do Povo* foi fundada em 03 de fevereiro de 1919 por Benjamin Lins e Oscar Joseph Plácido. No ano de 1962, passou às mãos de Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski.

² Mais informações consultar Souza e Campos (2013).

desses personagens no campo da imprensa.

Ações antecedentes ao inquérito

A Gazeta do Povo retratou o movimento pela federalização de modos distintos. No momento de lançamento do movimento de federalização, as edições de 21 a 30 de dezembro de 1949 voltaram-se para as ações do grupo associado à reitoria da UP. No início de 1950, sob a coordenação de Raul Gomes, tendo promovido um inquérito sobre a federalização da UP, as edições foram dedicadas ao lançamento do inquérito e à publicação de seus resultados entre 6 de janeiro e 14 de fevereiro daquele ano. Por fim, nas edições publicadas entre 14 de fevereiro e 22 de dezembro de 1950, a ação do grupo político paranaense e do governo federal que resultou na lei da federalização da UP.

A federalização da UP contou com a coordenação de Flavio Suplicy de Lacerda, que, em razão da morte do Reitor João Ribeiro de Macedo, em pleno mandato (4 de agosto de 1949), assumiu a direção da instituição. No relatório geral, Flávio Suplicy rememorava: “[...] os que restauraram a Universidade [1946] traçaram de início para este estabelecimento uns objetivos fundamentais: fazer da Universidade um centro de cristalização de uma consciência paranaense” (Lacerda, 1949, p. 81). Porém, sentenciava, “[...] sentimos estar a nossa Universidade chegando ao término da capacidade limite do que pode realizar uma iniciativa particular” (Lacerda, 1949, p. 81). Dessa forma, conclamava “[...] toda a gente do Paraná para cerrar fileiras com sua Universidade na campanha da Federalização que será encetada pela reitoria e por todos os demais órgãos integrantes da instituição” (Lacerda, 1949, p. 81).

Na Coluna Vida Universitária, a Gazeta do Povo estampou matéria com o título *Glória da cultura paranaense: a Universidade do Paraná comemorou o seu 37º aniversário de fundação – rápido histórico da federalização*. Essa foi uma tentativa de enfatizar que, na sessão do Conselho Universitário, “[...] Flávio Suplicy de Lacerda conclamou a todos para a ‘batalha da federalização’, sonho dos batalhadores desse empreendimento que tanto orgulha o Paraná” (Gazeta do Povo, 21 dez. 1949, grifo do autor). Entre os paranaenses, um sentimento bastante negativo surgiu diante da exclusão da UP do processo de federalização que contemplou muitas instituições brasileiras. Essa situação pode ser observada na matéria *Campanha da federalização da Universidade*, assinada pelo jornalista Raul Gomes, na qual se criticou “[...] a exclusão [da UP] do projeto de federalização de todas as instituições de ensino

superior do Brasil”. Ao mesmo tempo, parecia existir um sentimento favorável, pois se acreditava que

A vibrante, entusiástica e vigorosa convocação do Magnífico Reitor [deveria] ter ecoado, seguramente repercutiu no cérebro e no coração de todos os Paranaenses de modo que [começasse] e se [desenvolvesse] até a vitória essa grande e gloriosa campanha pela nossa Universidade (Gazeta do Povo, 27 dez. 1949).

A exaltação da campanha apareceria no mesmo periódico, na referência ao “[...] momento empolgante da vida da Universidade do Paraná: a proclamação do magnífico Reitor professor Flávio Suplicy de Lacerda e sua ampla repercussão”.

Está já no conhecimento público o conteúdo da concisa e, não obstante, vibrante conclamação do Magnífico Reitor da Universidade do Paraná, o distinto professor Flávio Lacerda a professores, universitários, ex-alunos, entidades culturais e ao povo para se unirem àquela grande instituição para o esforço comum de conseguir a reparação de grave injustiça contra nós, ao excluí-la o Congresso dos benefícios da federalização (Gazeta do Povo, 30 dez. 1949).

Conforme o jornal, o anúncio de “[...] inclusão de todas as escolas do país [...]” no projeto de federalização e de exclusão apenas da Universidade do Paraná “[...] chocou vivamente a consciência universitária de nossa terra” (Gazeta do Povo, 30 dez. 1949). A consequência dessa ação “[...] provocou imediata, enérgica, embora serena reação tão oportuna, tão bela, tão eficientemente manifestada por sua Magnificência, o Sr. Reitor, num dos momentos mais solenes e empolgantes da vida daquele esplêndido Instituto de ensino superior” (Gazeta do Povo, 30 dez. 1949). Na avaliação do periódico, a manifestação de Suplicy de Lacerda “[...] atingiu todos os lares da nossa terra, dando o tremendo entrosamento de nossa sociedade com o mundo estudantil. Assim desde o Governador do Estado, incluindo as classes culturais até o mais simples homem da rua” (Gazeta do Povo, 30 dez. 1949).

A intervenção de Suplicy tinha como base a ideia de que o Estado do Paraná tinha sido injustiçado pelas políticas públicas do governo

federal. Essa imagem pode ser interpretada como um dos elementos de aglutinação de intelectuais e políticos em torno do processo de federalização da UP. O referido jornal deu um tom homogêneo ao movimento, retratando que, desde o indivíduo mais culto ao mais simples, ecoou o desejo de federalização da universidade paranaense. Guardados os devidos sentidos da hipérbole, é importante reter que esse periódico da capital encampou a campanha de federalização perante a opinião pública, já que deu visibilidade aos pronunciamentos do Reitor Suplicy e, principalmente, coordenou um inquérito em defesa da transferência da UP ao poder do governo federal.

Organização do inquérito

Na edição de 6 de janeiro de 1950, a Gazeta do Povo informou que *Um inquérito sobre a federalização da universidade* estava sendo lançado por Raul Gomes, para debater a oportunidade, a viabilidade e a indisponibilidade da federalização da UP. Para isso, Raul Gomes teria encaminhado um questionário a professores, discentes, instituições culturais, solicitando seus pronunciamentos a respeito desse processo político, mas o jornal não reproduziu tal questionário. Entretanto, a julgar pelo parecer do professor Manuel de Oliveira Franco Sobrinho, publicado na edição de 18 de janeiro de 1950, no qual ele reproduziu as perguntas, o questionário continha o seguinte: Como recebeu a notícia de que todas as Universidades do Brasil e suas escolas superiores foram federalizadas exceto a nossa? Que acha da campanha pela federalização? Que deve fazer para que esse plano seja realizado? (Gazeta do Povo, 18 jan. 1950).

A divulgação do inquérito começou na edição de 15 de janeiro de 1950, em matéria intitulada *A federalização da Universidade: um inquérito entre os diretores, professores e alunos*:

GAZETA DO POVO começa hoje a divulgar o resultado de vasto inquérito entre diretores, professores e alunos dos diferentes cursos da Universidade do Paraná sobre a palpitante questão de sua imediata federalização e cuja campanha foi vibrantemente lançada pelo Magnífico Reitor, Dr. Flávio Suplicy de Lacerda na belíssima solenidade denominada Assembleia Universitária efetuada a 19 de dezembro de 1949 (Gazeta do Povo, 15 jan. 1950).

A organização de inquéritos mostrou-se uma prática na imprensa brasileira. No campo educacional, é bastante conhecido o inquérito sobre a

instrução pública de São Paulo, realizado em 1926 por Fernando de Azevedo a pedido do jornal O Estado de São Paulo³. No Paraná, a imprensa deu continuamente espaço aos debates educacionais, destacando-se a ação de Raul Gomes, particularmente no momento de lançamento do Manifesto da Escola Nova, quando ele intermediou a publicação do referido manifesto educacional no jornal Diário da Tarde.

Raul Gomes era um dos expoentes da imprensa paranaense. Em 1950, quando já gozava de muito prestígio entre os integrantes da imprensa, dos círculos culturais e dos grupos políticos, coordenou, na Gazeta do Povo, o inquérito sobre a federalização da UP. Essa intervenção assumiu grande envergadura não só na trajetória desse jornalista, mas também na história do periódico, que passou a se apresentar como o principal protagonista do movimento no âmbito da opinião pública. O quadro 01 apresenta a disposição do inquérito publicado em várias edições do jornal Gazeta do Povo:

Um inquérito sobre a federalização da universidade. (1950, 6 de janeiro). <i>Gazeta do Povo</i> .
A federalização da universidade: um inquérito entre os diretores, professores e alunos. (1950, 15 de janeiro). <i>Gazeta do Povo</i> .
Justiça ao nosso prenome universitário: vozes eminentes. (1950, 18 de janeiro). <i>Gazeta do Povo</i> .
A Universidade e sua federalização: mais duas proeminentes figuras respondem a nossa enquete: Coronel Plínio Tourinho e professor Oswaldo Pilotto. (1950, 19 de janeiro). <i>Gazeta do Povo</i> .
Impressionante manifestação de unanimidade: opiniões valiosas sobre a federalização da Universidade do Paraná. (1950, 20 de janeiro). <i>Gazeta do Povo</i> .
A federalização, um imperativo do momento. Fala do professor Laertes Munhoz e do Dr. Francisco Vilanueva. 1950, 22 de janeiro). <i>Gazeta do Povo</i> .
A vez da mocidade universitária. Em torno da federalização da universidade falam os representantes da UPE e do Diretório Nilo Cairo e Acadêmico Alcides Munhoz Neto. (1950, 26 de janeiro). <i>Gazeta do Povo</i> .
A palavra de eminente mestre: fala sobre a campanha de federalização o professor Algacir. (1950, 1 de fevereiro). <i>Gazeta do Povo</i> .
O grande anseio do Paraná – fala a Gazeta do Povo sobre a federalização

³ Outro exemplo bastante conhecido é o inquérito de 1914 discutido por Bontempi Junior (2011).

universidade, o industrial Ivo Leal. <i>Gazeta do Povo</i> , 9 fev. 1950.
VITÓRIA ESPLÊNDIDA e honrosa do Paraná: acolhida pelo presidente da República o pleito de federalização. (1950, 10 de fevereiro). <i>Gazeta do Povo</i> .
O Paraná e a federalização – sobre a grande causa de nossa cultura, fala o Sr. Epaminondas Santos, presidente da Associação Comercial do Paraná. (1950, 12 de fevereiro). <i>Gazeta do Povo</i> .
O grande apelo da Universidade do Paraná: fala Flávio Suplicy de Lacerda. (1950, 14 de fevereiro). <i>Gazeta do Povo</i> .

Quadro 1: Disposição do inquérito.

Fonte: Os autores, a partir da *Gazeta do Povo*.

Ao longo do inquérito, Raul Gomes decidiu ouvir outras personalidades do mundo social, pois, como ele dizia, “[...] chegamos à conclusão de que duas classes deviam também trazer seu depoimento a nossa campanha, - a federalização da Universidade do Paraná: as produtoras e a mulher⁴ (*Gazeta do Povo*, 9 fev. 1950). Nesse mesmo número, publicou: “[...] abrimos hoje esta segunda fase de nossa enquete para o depoimento de Ivo Leão, o grande capitão da indústria de nossa terra” (*Gazeta do Povo*, 9 fev. 1950).

Fica evidente, portanto, que, em sua diligência, Raul Gomes tinha a pretensão de apurar o pensamento de representantes do mundo acadêmico (docentes e discentes) e de outras esferas do mundo social (empresários e políticos). Ele indagava as razões da exclusão da UP do projeto que previa a federalização de inúmeras instituições de ensino superior e pretendia insuflar o sentimento paranista⁵, erguendo as forças em defesa da Universidade. Em seguida, provocava o inquirido a refletir e, ao mesmo tempo, a se posicionar com relação ao movimento lançado por Flávio de Lacerda. Por fim, buscava nos diligentes propostas para acelerar o processo de federalização.

O Inquérito foi produzido com a participação de personagens que

⁴ No material que consultamos, não foi encontrada nenhuma publicação assinada por mulheres como anunciava Raul Gomes.

⁵ “ O paranismo, que no início do século movimentava o meio intelectual, cultural e artístico, intimida-se com o projeto de nacionalização da ‘Revolução de 30’. Posteriormente, em face da onda de redemocratização do país em 1945, o paranismo renasce, desta vez especialmente pela intelectualidade que via no paranismo o alcance histórico da tradição regional” (Cordova, 2013, p. 192, grifo do autor).

ocupavam a cena pública do Paraná. O quadro 02 trás a relação dos nomes que expressaram sua posição sobre a federalização no periódico paranaense:

NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO
Eurípedes M. Garcez	Faculdade de Medicina	Diretor e Professor
Francisco de Paula Soares	Faculdade de Medicina	Professor
Milton Macedo Munhoz	Faculdade de Medicina	Professor
Manoel Vieira B. de Alencar	Faculdade de Direito	Professor
Homero de Barros	Faculdade de Direito e Faculdade de Filosofia	Professor
Manoel O. F. Sobrinho	Faculdade de Direito	Professor
Plínio Tourinho	Faculdade de Engenharia	Diretor e Professor
Oswaldo Pilotto	Faculdade de Filosofia	Professor
José Cavallin	Faculdade de Engenharia	Professor
Napoleão Lyrio Teixeira	Faculdade de Direito	Professor
Ernani Guarita Cartaxo	Faculdade de Direito	Professor
Enéas Marques dos Santos	Faculdade de Direito	Professor
Laertes de M. Munhoz	Faculdade de Direito	Professor
Francisco Vilanueva	Faculdade de Filosofia	Professor
José Bitencourt de Paula	Faculdade de Filosofia	Professor
Oscar Martins Gomes	Faculdade de Direito	Professor
Lincoln da Cunha Pereira	União Paranaense dos Estudantes	Presidente
Jahir de Paula Ribeiro	Diretório Acadêmico Nilo Cairo (Medicina)	Presidente
Alcides Munhoz Netto	Acadêmico	Acadêmico
Ivo Leão	Indústria	Empresário
Algacyr M. Maeder	Faculdade de Engenharia	Professor
Epaminondas Santos	Associação Comercial do Paraná	Presidente
Flávio S. de Lacerda	Universidade do Paraná	Reitor

Quadro 2: Lista dos diligentes (na ordem de publicação).

Fonte: Os autores, a partir da Gazeta do Povo.

Entendemos que a diligência foi endereçada a todos os integrantes do corpo docente, aos representantes do grupo discente e das mais variadas instituições do Paraná, pois não há indicação de uma seleção dos professores. Segundo o relatório do Anuário da UP (1949), havia quase uma centena de docentes catedráticos, além de aproximadamente quarenta professores livres e três dezenas de contratados. Entretanto, foram publicados inquéritos de apenas dezessete docentes. Essa comparação

entre o número de docentes e a quantidade de inquéritos dos professores demonstra uma adesão aquém das expectativas de Raul Gomes, pois ele havia comentado na ocasião do lançamento que seria divulgado um amplo inquérito entre diretores das faculdades, professores e estudantes. Nesse sentido, os dados ajudam a desconstruir o efeito de sentido majestoso atribuído ao inquérito, pois, do ponto de vista quantitativo, a adesão foi pequena. Por outro lado, é possível depreender, do ponto de vista qualitativo, muitos elementos das publicações desses dezessete docentes, o que será feito no item seguinte.

Em relação ao Quadro 2, podemos observar alguns aspectos. Primeiro, as publicações iniciais seguiram a ordem hierárquica das Faculdades: Medicina, Direito, Engenharia e Filosofia. Segundo, houve maior adesão entre os docentes da Faculdade de Direito, onde Raul Gomes exercia a cátedra de Economia Política; entre as demais, houve participação semelhante. Em terceiro, apenas os diretores das Faculdades de Medicina e de Engenharia responderam ao inquérito. Por fim, do total de treze docentes catedráticos da Faculdade de Direito, houve participação de sete, o que corresponde a mais de 50%. Já, do total de quarenta catedráticos da Faculdade de Medicina, apenas três responderam ao inquérito. Do total de dezesseis professores da Faculdade de Engenharia, três atenderam à solicitação de Raul Gomes. Do total de trinta e quatro da Faculdade de Filosofia, somente quatro apresentaram suas diligências.

Sentidos do inquérito

Ao publicar as posições dos inqueridos, a narrativa do jornal curitibano lhes atribuía um sentido homogêneo, asseverando que “[...] os depoimentos que hoje começamos a publicar trazem a marca comovedora da unanimidade de opinião sobre aquela apaixonante causa por cuja integral vitória todos os paranaenses devem lutar devotadamente” (Gazeta do Povo, 15 jan. 1950). Em regra, os conteúdos dos pareceres são favoráveis ao processo de federalização. Entretanto, é possível identificar alguns confrontos entre os docentes no processo de diligência. Desse modo, em razão da impossibilidade de cotejar todos os textos publicados, fazemos recortes que contribuam para explicitar a visão que favorecia a federalização, bem como para contrastar com a percepção predominante que se buscava estabelecer entre a opinião pública paranaense.

O organizador indicou a existência de duas fases do inquérito: a primeira teria contemplado a comunidade acadêmica e a segunda, a opinião de representantes da indústria e do comércio. Esta divisão

demarcava as edições, pois, entre 15 de janeiro e 9 de fevereiro de 1950, apenas a posição dos docentes e discentes foi publicada; nas edições dos dias 9 e 10 de fevereiro, os pareceres de dois representantes externos ao mundo acadêmico se tornaram conhecidos. Não obstante, em nossa análise, identificamos três momentos do processo do inquérito: 1) afirmação da federalização, cuja publicação estaria contemplada nas edições de 15 a 19 de janeiro. 2) ponderação ou advertência à federalização, representada pela posição de Plínio Tourinho e publicada em 19 de janeiro. 3) reafirmação e confrontação à ponderação, nas edições de 19 de janeiro a 14 de fevereiro.

A organização da exposição seguia uma forma recorrente: antes de tudo, fazia-se uso do elogio ao inquirido, conforme apresentação Eurípides Moreira Garcez: ‘Diretor da Faculdade de Medicina é a personificação da austeridade, do bom senso, do equilíbrio e um dos grandes catedráticos da Universidade’. Após a manifestação de louvor ao personagem, o referido periódico publicava as observações do docente a respeito do inquérito. Desse professor, destacamos as seguintes assertivas:

1) Parece que mais vale silenciar. Acredito, entretanto, que o fato decorre, possivelmente, de vários fatores relacionados com a política educacional, estabelecida pelo Ministério da Educação. 2) Fui dos primeiros a aderir com todo entusiasmo ao apelo do Magnífico Reitor para a campanha da federalização da Universidade. Assim procedi porque estou convencido que a nossa Universidade atingiu o seu máximo desenvolvimento com a iniciativa particular, e que agora para cumprir plenamente a sua finalidade necessita do apoio mais decidido dos poderes públicos. 3) Encaminhar os nossos esforços ao lado dos representantes paranaenses no Senado e na Câmara; obter apoio do Governo do Estado, dos estudantes e de todos aqueles que se interessam pelo problema educacional paranaense (Gazeta do Povo, 15 jan. 1950).

Na mesma edição, ganhou destaque a posição de Francisco de Paula Soares, em cuja intervenção especificou as vantagens da federalização:

Estou integralmente solidário com a campanha que o nosso Magnífico Reitor iniciou, conclamando o Paraná para a federalização de sua Universidade. Não só a federalização é agora um problema de hierarquia para o Ensino Superior do Paraná, como dela advirá inúmeras vantagens que já tem sido

abundantemente expostas entre as quais, o abaixamento das taxas escolares, a melhor remuneração do corpo docente, a formação de amplos quadros de auxiliares de ensino e de um funcionalismo especializado (Gazeta Do Povo, 15 jan. 1950).

Na sequência, Paula Soares argumentou contra os que criticavam o processo de federalização:

[...] Proponho-me agora a examinar as objeções que se faz à federalização. A ‘principal delas é que a federalização trará a burocratização das nossas Faculdades e o cerceamento da autonomia da Universidade e de suas Faculdades’. Não é verdade. Na federalização da Universidade será ressaltada a sua autonomia administrativa, econômica e didática, como assim obteve a Universidade mineira. Presentemente as Universidades equiparadas podem ter tido menos autonomia, porquanto estão sujeitas ao controle de uma comissão de fiscalização que dispõe de poderes extraordinários. Exceção da nomeação do Reitor que passa a ser de confiança do Presidente da República, escolhido dentre os constantes de uma lista tríplice de professores catedráticos, eleitos pelo Conselho Universitário, ‘a administração de uma Universidade Federal é muito mais livre do que a de uma equiparada’. Hoje em dia a padronização federal é perfeita. Só não administra bem e com facilidade as repartições da União quem não sabe ou que não quer. Nenhuma desvantagem, ao contrário, só há vantagens materiais e morais. (Gazeta do Povo, 15 jan. 1950, grifo nosso).

No mesmo número, apareceu a posição de Milton Munhoz, professor da Faculdade de Medicina:

1) Constitui, sem dúvida, grande injustiça a Universidade do Paraná a sua exclusão dos benefícios que incontestavelmente lhe traria a condição de estabelecimento diretamente mantido pela União. 2) Nascida da iniciativa particular e por ela mantida com sacrifícios inauditos, a Universidade, para bem poder desempenhar a sua missão, necessita de meios mais amplos do que dispõe. Já não lhe bastam os recursos ordinários das taxas escolares e nem os eventuais auxílios recebidos dos poderes públicos. Não se pode mais compreender que uma instituição da qualidade da nossa Universidade e tão

cheia de serviços inestimáveis a nação, tenha ainda constantemente de humilhar-se perante o Governo, mendigando de seus mesquinhos favores e miseráveis cruzeiros. A Universidade é uma verdadeira afirmação de fé e trabalho pelo progresso do Brasil, e adotando-a como estabelecimento Federal de Ensino o Governo resgataria uma grande dívida e corrigiria uma das muitas injustiças sofridas pelos meios intelectuais e culturais do Paraná. 3) Para se conseguir que essa ideia se transforme em realidade mister se faz uma ação conjunta do Governo do Estado, dos nossos representantes no Senado e na Câmara Federal, da Reitoria da Universidade das Faculdades que a compõem, de seus professores e alunos, da imprensa paranaense. Só assim, irmanados em torno de uma mesma justa causa, poderemos lutar e vencer (Gazeta do Povo, 15 jan. 1950).

As três posições citadas são oriundas da Faculdade de Medicina e foram escritas por personagens de muito prestígio no meio acadêmico daquele momento. Moreira Garcez era diretor da Faculdade; Paula Soares, desde a restauração, despontava como uma das lideranças que lutaram pela aglutinação das faculdades paranaenses e Milton Munhoz era reconhecido por seu envolvimento na criação da Revista Médica do Paraná.

No artigo *Justiça ao nosso prenome universitário: vozes eminentes*, publicado em 18 de janeiro na Gazeta do Povo, o professor Manoel Vieira Barreto de Alencar⁶, da Faculdade de Direito, foi o primeiro inquerido mencionado. Ele iniciou sua exposição com um protesto: teria recebido “[...] com a maior estupefação a notícia de que todas as Universidades do Brasil, exceto a nossa, foram ou estão sendo federalizadas”. Para ele, esse descaso para com o Paraná era uma “[...] injustiça [...] uma lamentável inadvertência dos poderes públicos que, sem dúvida nenhuma, há de ser reparada”. Por isso, entendia que “[...] nada mais justo, patriótico e razoável do que uma campanha bem orientada com o objetivo de alcançar a federalização do nosso grande instituto de ensino”. Entretanto, para a concretização desse objetivo, propunha:

O que se deve fazer nesse sentido é organizar uma ação conjunta dos poderes públicos do Estado, de seu governador, que aliás, já tem demonstrado por atos e palavras o seu empenho em cooperar para o engrandecimento da

⁶ Professor da Faculdade de Direito desde a fundação da UP (1912).

universidade como já fizera um de seus beneméritos antecessores, dr. Brasil Pinheiro Machado, - ação conjunta esta a que não deve faltar o decidido apoio da representação federal paranaense, do magnífico reitor, que sei sinceramente empenhado na realização desse nobre objetivo. A essa patriótica campanha não deverá faltar o apoio e o prestígio da imprensa daqui e do Rio de Janeiro, do corpo docente e discente da Universidade e de todos quantos amam o Paraná e o Brasil (Gazeta do Povo, 18 jan. 1950).

Na mesma edição, foi publicada a posição de Homero de Barros, livre docente na Faculdade de Direito e catedrático da Faculdade de Filosofia, cujas primeiras observações indicam que sua posição correspondia ao lugar específico que ocupava no campo de poder da UP: “[...] em resposta a sua carta de 31 de dezembro último, relativamente à federalização da Universidade do Paraná, posso dizer-lhe que, como membro do Conselho Universitário, estou decididamente empenhado na campanha pro-federalização” (Gazeta do Povo, 18 jan. 1950). Segundo Barros, “[...] os motivos que recomendam são evidentes e incontestáveis, de modo que se trata apenas de reconhecer um direito correspondente a uma situação de fato que já conquistamos”.

Na mesma edição, foi publicado o parecer de Manuel de Oliveira Franco Sobrinho:

Como recebeu a notícia de que todas as Universidades do Brasil e suas escolas superiores foram federalizadas exceto a nossa? Mal – muito mal. O esquecimento do Paraná constitui uma afronta aos nossos foros de cultura, e a nossa juventude acadêmica. Os Institutos universitários paranaenses, no seio do ensino superior nacional, constitui-se o que há de melhor e do que há de mais UNIVERSITÁRIO. [...] Que acha da campanha pela federalização? Indispensável. O Paraná, hoje em dia, todos o sabem, está na vanguarda do progresso nacional. A União possui para com ele, as suas obrigações. Uma dessas obrigações fundamentais é a federalização da Universidade do Paraná. Que deve fazer para que esse plano seja realizado? Unir a todos os paranaenses bem intencionados, sem cor política ou partidária, em torno de uma ampla campanha de reivindicações [...] (Gazeta do Povo, 18 jan. 1950).

Na edição do dia 18 de janeiro, o jornal deu visibilidade à posição

dos estudantes paranaenses.

O Diretório Acadêmico ‘Nilo Cairo’, o Centro Acadêmico ‘Hugo Simas’, o Diretório Acadêmico de Engenharia do Paraná e o Centro Acadêmico de Filosofia, Ciências e Letras, através de suas diretorias, passaram telegramas ao Presidente da República, ao Ministério de Educação e à bancada paranaense na Câmara Federal, evidenciando o alto interesse que possuem pela concretização dessa aspiração que é, já, de todos os paranaenses, a federalização da nossa Universidade. (Gazeta do Povo, 18 jan. 1950, grifo do autor).

É possível depreender que a edição de 18 de janeiro apresentou uma articulação das posições favoráveis dos docentes das Faculdades de Medicina e de Direito e das agremiações estudantis com o lançamento do movimento pelo Reitor no ano de 1949.

Na edição seguinte, o jornal apresentou uma síntese do movimento de federalização:

Uma cidade como Curitiba, capital de um Estado em franco desenvolvimento, transforma-se, vezes por outras, em palco de movimentos de invulgar projeção cultural e social, capazes de transcender os limites e exorbitar as medidas de acontecimentos regionais, para merecer a atenção de todo o país. A Universidade do Paraná, fruto do trabalho e do valor dos filhos dessa terra, obra magnífica em que ainda poreja o suor de seus construtores heroicos, monumento vivo e atuante, na realidade cultural e educacional paranaense – ‘a nossa Universidade quer ser federalizada’. Quer gozar e fazer com que seus corpos docentes e discentes gozem as vantagens de tal medida, atualmente adotada com suas diversas congêneres brasileiras. Federalização! Medida que se impõe, pelo gesto forte e decidido da mocidade estudiosa do Paraná, consciência de seus direitos e da sua obrigação de defender, com os seus, os interesses dos estudantes o que o substituirão, nos bancos gloriosos de nossa Escola Superior. Federalização! Vitória que será alcançada, por aqueles que lideram os movimentos do espírito no Paraná e, como tal, não ficam alheios à mais justa campanha de nossos dias! (Gazeta do Povo, 19 jan. 1950, grifo nosso).

Os fragmentos destacados nos parágrafos anteriores explicitam o

que chamamos de afirmação da federalização, isto é, constituem a base do que o jornal classificou de uma cruzada coletiva para atingir todos os indivíduos do Paraná. Entretanto, na mesma edição de 19 de janeiro, foi publicada a posição de Plínio Tourinho, o principal personagem de resistência ao processo de federalização.

Plínio Tourinho⁷ beirava os 70 anos quando emitiu seu parecer. Ele fazia parte do grupo dos primeiros docentes da UP, isto é, da geração de 1910, e tinha grande prestígio na Faculdade de Engenharia, onde respondia pela direção naquele momento. Sua posição foi resumida pela *Gazeta do Povo*: “Aceita-a, mas faz ponderações e advertências” (*Gazeta do Povo*, 19 jan. 1950, grifo nosso).

Plínio Tourinho afirmou que “[...] em princípio, nunca [teve] simpatia pela federalização do Ensino Superior, convencido de que as iniciativas e organizações particulares, quando bem amparadas pelo Poder Público, são menos onerosas e muito mais produtivas que as instituições oficiais” (*Gazeta do Povo*, 19 jan. 1950). No entanto, asseverou que “[...] independente desse meu modo de pensar é, entretanto de estranhar a exclusão da nossa Universidade do plano de federalização do ensino superior de muitas escolas e, por mais que medite semelhante propósito não encontra fundamento” (*Gazeta do Povo*, 19 jan. 1950). Além do mais, destacou que:

Todas as escolas do Norte do país passaram para o regime federal, acarretando esse ato público, um dispêndio avaliado em mais de cinquenta milhões de cruzeiros, enquanto que a subvenção federal de nossas escolas foi apenas acrescida de quinhentos mil cruzeiros (*Gazeta do Povo*, 19 jan. 1950).

Na sequência, apresentou as limitações financeiras das próprias instituições já federalizadas, observando que “[...] o assunto é bastante complexo e tanto mais quando é certo que algumas escolas federais não estão contentes com essa situação, pela falta absoluta de autonomia financeira” (*Gazeta do Povo*, 19 jan. 1950). Ele avançou em sua argumentação, afirmando que “[...] até o presente a federalização de escolas superiores tem consistido em melhorar os vencimentos dos professores, o que é muito justo, mas o ensino em si, continua a ser

⁷ Plínio Tourinho nasceu em 8 de fevereiro de 1882 e faleceu em 29 de agosto de 1950.

deficiente pela falta de recursos indispensáveis ao aparelhamento” (Gazeta do Povo, 19 jan. 1950). Essa situação incerta, descrita por ele, serviu de argumento para sustentar que:

Entre a passagem integral para o Governo Federal e um aumento da subvenção capaz de melhorar as condições de nosso ensino, ‘pronuncio-me a favor da segunda proposição, na convicção de que se com sacrificio fizemos tanto, com um pouco mais de auxílio Federal, o progresso de nossas instituições não teria limites’ (Gazeta do Povo, 19 jan. 1950, grifo nosso).

Por fim, incluiu em suas ponderações, o problema concernente à própria organização burocrática de instituições do Estado: “[...] os estabelecimentos federalizados sofrem as influências da política; transformam-se em viveiros de funcionários. As iniciativas da administração esbarram com as normas da burocracia pública que entram o desenvolvimento das mais justas reivindicações” (Gazeta do Povo, 19 jan. 1950). Reiterou que “[...] se fosse possível obtermos um auxílio Federal, sem prejuízo da autonomia financeira que tem sido o fator primordial do progresso do Ensino Superior do Paraná, resolveríamos com vantagem o problema que tanto nos preocupa” (Gazeta do Povo, 19 jan. 1950). Porém, avaliou que “[...] sendo pensamento do Governo o centralizar todos os grandes empreendimentos, amarrando-os à burocracia administrativa que tanto prejudica o desenvolver do país, ‘outro recurso não há, senão o de aceitar a federalização’” (Gazeta do Povo, 19 jan. 1950, grifo nosso).

Plínio Tourinho deteve-se em demonstrar argumentos contrários ao processo de federalização. Não apontou nenhum aspecto favorável à federalização em sua publicação. Não obstante, reconheceu que aquele processo estava consumado, pois havia entre os integrantes do mundo acadêmico um ambiente favorável, bem como um processo de centralização que parecia inexorável. Essa observação demonstra que Plínio Tourinho se contrapôs ao movimento de estatização da UP, mas fez uma correta interpretação acerca do movimento histórico, pois percebeu que os intelectuais tendiam a identificar no Estado “[...] a ideia de ordem, organização, unidade. Assim, ele é o cérebro capaz de coordenar e fazer funcionar harmonicamente todo o organismo social” (Velloso, 2003, p. 148).

Plínio Tourinho, quando a Lei Maximiliano proibiu que grupos

particulares criassem universidades no Brasil, manifestou-se em defesa da liberdade de ensino e contrário à centralização da educação superior no poder do Estado:

[...] em matéria de ensino superior, depois de atingirmos ao mais alto grau de desenvolvimento com a Lei Rivadavia, volvemos ao passado, para de novo ficar esse ensino acorrentado ao Centro de uma comissão de eruditos, que de muito longe, neste país tão grande, pretende com critério estapafúrdio, impor a sua soberana vontade, menoscabando do saber alheio. Derrocada a Lei Rivadavia, nem por isso senhores, invadiu o desânimo, e a descrença, as portas do nosso tabernáculo, onde unidos, prosseguimos a prestar culto à ciência e a dignificar o magistério, esperando que um dia se nos faça justiça, porque assim é preciso (Revista Acadêmica, 1919, p. 14).

Ainda na década de 1950, percebe-se posição semelhante à de Plínio Tourinho, mas o contexto parecia ser conformado pela ideia de estatização das universidades. Desse modo, após a edição de 19 de janeiro, o jornal passou a dar visibilidade às contestações feitas a Tourinho e à reafirmação da tese da estatização da UP. Dessa forma, já na edição de 19 de janeiro, a Gazeta do Povo publicou o parecer de Oswaldo Pilotto, segundo o qual “[...] faltou o interesse nosso em favor da federalização. Não há culpados, entretanto. Devemos exigir, agora, o esforço e a compreensão de todos para a solução honrosa de nosso problema” (Gazeta do Povo, 19 jan. 1950). Além disso, professou Oswaldo Pilotto:

Quem estiver contra o ideal da federalização só pode tomar esta atitude renegando para plano secundário a evolução da nossa vida cultural para considerar mais forte o interesse pessoal e particular em manifesta estreiteza de espírito. A ninguém cabe se [pôr] à margem dessa campanha (Gazeta do Povo, 19 jan. 1950).

Respostas imediatas à posição de Plínio Tourinho também foram escritas por Guarita Cartaxo e Enéas Marques⁸. O primeiro observou que “[...] a medida em apreço apresenta vários aspectos examinados no seu

⁸ Enéas Marques era professor da Faculdade de Direito, desde a fundação da UP (1912).

inquérito, ‘alguns deles revestindo-se de feição sentimental, pois seus opinantes pensam que seria interessante mantermos a nossa situação de sociedade civil’” (Gazeta do Povo, 22 jan. 1950, grifo nosso). Além disso, reiterou que “[...] infelizmente a realidade nos faz refletir sobre as dificuldades que essa situação cria, pois as necessidades aumentam de ano para ano dado o imperativo da expansão universitária e os recursos não sobem numa cadência capaz de cobrir todas elas” (Gazeta do Povo, 22 jan. 1950). Enéas Marques, por sua vez, argumentou: “[...] certamente conheço e respeito a opinião dos que julgam melhor o regime atual, devendo a Universidade viver de subvenções” (Gazeta do Povo, 22 jan. 1950). Sustentou, ainda, que “[...] dadas as condições precárias de nossa cultura política em geral, essa situação acarretaria males e inconveniências muito maiores que a simples federalização”. Esses males, em seu entendimento, advinham das “[...] incertezas da consecução de auxílios, pois esse amparo ficaria sujeito a fatores aleatórios como os de caráter partidário, os econômicos em vista da fragilidade de nossa organização econômica”. Considerou, ainda que, além de os recursos públicos serem incertos, “contar com recursos particulares é contar com absolutamente nada” (Gazeta Do Povo, 22 jan. 1950).

Na edição de 24 de janeiro, a Gazeta do Povo promoveu outro capítulo de reação ao posicionamento de Plínio Tourinho, destacando que “[...] a campanha da federalização da nossa Universidade ganha, cada vez mais, vulto maior, principalmente, pela simples razão de ser uma causa do Paraná” (Gazeta do Povo, 24 jan. 1950).

No mesmo número, divulgou a posição do professor Laertes Munhoz, que reiterou a relevância da federalização, categorizando que “[...] sob qualquer lado que se encare o assunto da federalização, se conclui que essa medida é uma necessidade decorrente das condições culturais e econômicas de nosso meio”. Além disso, esse professor qualificou a argumentação de Plínio Tourinho como saudosismo quando declarou que “[...] certamente seria possível argumentar sustentando a ideia de quem trouxe a Universidade até aqui, deve e pode mantê-la doravante”. Em seguida, associou esse tipo de comportamento a quem não acompanhava o movimento histórico:

Quem assim fala, se esquece de que o extraordinário desenvolvimento de seus Institutos, as exigências cada vez mais pesadas de um ensino que precisa manter alto padrão de eficiência entala a nossa Instituição num impasse, pois

obrigaria a gastar muito, suas fontes de receita não se alargam no ritmo das despesas (Gazeta do Povo, 24 jan. 1950).

Mais, interpretou a posição de Tourinho como ilusória: “pois mister não haver ilusão, nem cada um de nós pretender nutrir ilusões” (Gazeta Do Povo, 24 jan. 1950, grifo nosso). Ao mesmo tempo, descreveu os elementos que justificavam a inclusão da UP no regime de federalização:

A Universidade tem de muito longo introduzir o regime indispensável de tempo Integral de Dedicção integral, é chamada a ampliar e aprimorar seus laboratórios, tem de construir e alargar suas áreas úteis, não poderá fugir de trazer professores de fora para aperfeiçoamento de seus cursos, é indispensável incrementar os cursos de extensão cultural, não pode protelar por mais tempo a reconstituição de suas bibliotecas, a imprescindibilidade das pesquisas aí está como imperativo da hora que atravessamos (Gazeta do Povo, 24 jan. 1950).

As publicações do inquérito seguiram sempre a defesa da federalização. O parecer do último docente aconteceu em 10 de fevereiro. Algacyr Munhoz Maeder observou que “não se criou entre nós a mentalidade reinante nos grandes centros universitários, onde os homens de dinheiro têm como dever precípua contribuir para sua manutenção. Destarte, só o poderio do Estado é que será capaz de suprir essa acentuada deficiência” (Gazeta do Povo, 10 fev. 1950). Por outro lado, em tom conciliatório, ressaltou: “[...] dispomos do que é mais essencial numa Universidade – o elemento humano” (Gazeta do Povo, 10 fev. 1950). No entanto, em seguida, advertiu que esse elemento humano “[...] por si só não basta. Nos tempos que correm, quando as pesquisas técnicas atingem tão grande desenvolvimento, são completamente indispensável entre outros, o adequado aparelhamento dos laboratórios, a ampliação de museus, bibliotecas e hospitais” (Gazeta do Povo, 10 fev. 1950). Arrematou: “[...] só uma entidade poderosa, qual seja o Estado, para quem todos os tropeços são facilmente levados de vencida, é que disporá de necessária força capaz de enfrentar essas etapas complementares, que no caso seriam alcançadas pela federalização” (Gazeta do Povo, 10 fev. 1950).

A edição de 12 de fevereiro da Gazeta do Povo repercutiu a ação integrada do grupo da UP e de representantes políticos paranaenses junto ao governo federal:

O Paraná recebeu com a sensação eufórica de uma grande vitória a auspiciosa notícia de a nossa fulgurante embaixada, - a embaixada do próprio Paraná, - chefiada pelo Governador Moysés Lupion e integrada por equipes de docentes, - estes dos mais categorizados e de discentes, feitas essa de presidentes de todas as entidades estudantis, todas da Universidade, ter obtido promessa formal do Presidente Dutra e do Ministro Mariani, titular da Educação da próxima remessa ao Congresso de uma ante-projeto de federalização. Essa notícia do mesmo passo que mostra o prestígio de nossa terra lá fora constitui ainda a bela lição de que, como desde o tempo dos profetas foi registrado na Bíblia, - a união faz a força. Lá perante as altas autoridades da República, não apareceu apenas o chefe do Executivo, ou o chefe de um partido, porém se deparou o Paraná coeso, uno, maciço, através dos representantes faz suas mais poderosas correntes políticas e dum escol do mais alto magistério da terra dos pinheirais liderado pela personalidade irradiante de S. magnificência, o Dr. Flávio Lacerda, Reitor da Universidade do Paraná. Lá fora, toda vez que a circunstância exigir, apareçamos como um bloco indestrutível. Aliás esse foi o elevado pensamento que nos levou ao empreendimento e realização dessa enquete cujo influxo sobre o triunfo nesta etapa foi decisiva, procurando precisamente provar através da palavra de personalidades destacadas a unidade de opinião em torno de um problema posto no cartaz em termos de um problema do Paraná e até do Brasil (Gazeta do Povo, 12 fev. 1950).

Na edição de 14 de fevereiro, o jornal procurou estabelecer junto à opinião pública que:

A federalização da Universidade do Paraná, objetivo da grande campanha que empolga o espírito de nossa gente, já se mostra como conquista feita, depois da viagem, à Capital da República da delegação que representou junto aos mais altos Poderes da União, a mais alta reivindicação em que se empenha nosso Estado, nos dias que correm (Gazeta do Povo, 14 fev. 1950).

O anúncio da inserção da UP no projeto de federalização encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente da República repercutiu na Gazeta do Povo como vitória conquistada. Nesse sentido, o problema da federalização deixou de figurar de forma contínua nas páginas desse jornal. Retornou, em edição de agosto, para noticiar a

redação final do projeto de federalização da Universidade do Paraná (Gazeta do Povo, 22 ago. 1950); posteriormente, em novembro, para divulgar a aprovação do projeto de federalização na Câmara dos Deputados (Gazeta do Povo, 22 nov. 1950); depois, em dezembro, para informar a sanção do Presidente da República (Gazeta do Povo, 7 dez. 1950) e, finalmente, na cobertura do ato oficial de federalização (Gazeta do Povo, 21 dez. 1950) e (Gazeta do Povo, 22 dez. 1950).

Em síntese, o acontecimento da federalização noticiado pela Gazeta do Povo produziu o efeito de sentido de que teria havido uma ampla movimentação da comunidade acadêmica e dos mais variados grupos do mundo social, assim como vinculou o sucesso da federalização à ação dos agentes sociais, particularmente daqueles que exerciam funções diretivas no poder político e no espaço acadêmico da UP.

Conclusões

A federalização da UP foi um movimento bastante amplo. Neste texto, delimitamo-nos a discutir a ação dos intelectuais no âmbito da imprensa do Paraná que, em atenção ao apelo pela federalização da UP lançado por Flávio Suplicy de Lacerda, encaminhou a campanha, levando à cena pública professores, políticos do Paraná e outros personagens. Nessa intervenção, a Gazeta do Povo ganhou proeminência ao lançar *Um Inquérito sobre a federalização*, publicando-o entre janeiro e fevereiro de 1950.

A imprensa começou a ter um papel de destaque na vida social, principalmente, na passagem do século XIX para o século XX, período marcado pela transição de pequenas para grandes empresas jornalísticas nos principais centros urbanos brasileiros. A imagem da imprensa pode ser associada ao poder de provocar debates, de formar a chamada opinião pública. De modo particular, essa representação pode ser identificada quando a Gazeta do Povo se posicionou sob o ufanista título - *Impressionante manifestação de unanimidade: opiniões valiosas sobre a federalização da Universidade do Paraná*. É significativa também a enfática afirmativa de que “[...] se sente feliz e orgulhoso por estar se tornando o veículo de vasta campanha em que personalidades de nosso mundo científico e cultural vêm impondo impressionantes manifestações nessa empreitada pelo trunfo total da Universidade do Paraná” (Gazeta do Povo, 20 jan. 1950).

Ao dialogar com as publicações desse jornal, podemos concluir que a federalização da UP estava associada ao processo de organização de

lideranças políticas e culturais do Paraná, o que confirma a pertinência da hipótese de Gramsci (2001, p. 53) de que “[...] não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual”. Observamos, na história da UP, especialmente no período de sua federalização, a ação bem articulada de intelectuais. Apenas uma narrativa historiográfica que apregoa uma ideia de história imóvel seria capaz de ignorar a capacidade de organização dos intelectuais no movimento de federalização do UP. Flávio Suplicy de Lacerda foi um desses intelectuais, cuja liderança resultou em um reconhecimento social de tal monta que o manteve por duas décadas à frente da reitoria e o projetou ao posto de Ministro de Educação na década de 1960.

De fato, a visibilidade de Suplicy teve relação com a função de reitor exercida no momento de federalização. Ele postou-se como principal expoente daquele processo, passando a ser reconhecido por seus colegas e pela imprensa como o arauto da estatização da UP. No entanto, é possível observar que houve uma ação conjunta de docentes e representantes do campo político, o que confirma a hipótese de que “[...] a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus: no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais modestos ‘administradores’ e divulgadores da riqueza intelectual já existente” (Gramsci, 2001, p. 21, grifo do autor). Essa diferenciação, sustentada pelo filósofo sardenho, não implica uma estratificação e um isolamento da atividade intelectual. Ao contrário, “[...] todas estas partes se sentem solidárias, ou, melhor, que os estratos inferiores manifestam um ‘espírito de grupo’ mais evidente, do qual recolhem uma ‘ vaidade’ que frequentemente os expõe aos gracejos e às trocas” (Gramsci, 2001, p. 22, grifo do autor).

Esta representação de grupo pode ser encontrada no Inquérito, quando Raul Gomes mobilizou intelectuais para se posicionar sobre a federalização da UP. A iniciativa de Gomes incluiu a comunidade acadêmica no debate sobre a federalização. Além disso, criou uma representação coletiva a respeito do processo ao agregar docentes, discentes e lideranças de outras instâncias do mundo social. A estratégia estabeleceu um ‘espírito de grupo’, como dizia Gramsci, entre as posições de estudantes, docentes e personagens oriundos das esferas industrial e comercial. A narrativa de Raul Gomes reiterou essa ideia quando estabeleceu uma interpretação da posição de Plínio Tourinho: “[...] o mais notável se encontra [na] opinião, diremos, mesmo [no] sentimento

individual, portanto o coração [foi] socalcado para a preponderância do interesse superior da coletividade universitária” (Gazeta do Povo, 25 jan. 1950). Por conseguinte, arrematou Raul Gomes: “[...] prevaleceu a coletividade sobre a individualidade, pôs-se o Paraná acima do paranaense, o ‘scholar’ acima do professor” (Gazeta do Povo, 25 jan. 1950, grifo do autor).

Precisamos reconhecer que, ao lado desse movimento da intelectualidade paranaense em prol da federalização, havia um processo histórico favorável à estatização do ensino superior no Brasil, pois, desde a década de 1930, houve centralização das políticas públicas no governo federal. Desse modo, a efetivação da federalização da UP está associada à força de organização dos intelectuais, mas, também ao contexto das políticas públicas de estatização das universidades particulares. Enfim, por um lado, é preciso tomar cuidado para não excluir o sujeito da própria história, aspecto que caracteriza o lugar do intelectual como organizador da cultura, isto é, de projetos societários e de formação humana. Por outro, ao reconhecer as condições objetivas, evita-se que se inscrevam os sujeitos como únicos agentes do processo histórico. Portanto, a tentativa de escrever mais um capítulo da história do movimento da federalização da UP, tomando como base a intervenção de professores e políticos no âmbito da imprensa (Gazeta do Povo), requer assentar-se no pressuposto de que o intelectual exerce a função de organizador de projetos societários, mas sem desconsiderar as condições históricas existentes.

Fontes

Gazeta do Povo. (1949, 21 de dezembro).

Gazeta do Povo. (1949, 27 de dezembro).

Gazeta do Povo. (1949, 30 de dezembro).

Gazeta do Povo. (1950, 06 de janeiro).

Gazeta do Povo. (1950, 15 de janeiro).

Gazeta do Povo. (1950, 18 de janeiro).

Gazeta do Povo. (1950, 19 de janeiro).

Gazeta do Povo. (1950, 20 de janeiro).

Gazeta do Povo. (1950, 22 de janeiro).

Gazeta do Povo. (1950, 24 de janeiro).

Gazeta do Povo. (1950, 25 de janeiro).

Gazeta do Povo. (1950, 26 de janeiro).

Gazeta do Povo. (1950, 01 de fevereiro).

Gazeta do Povo. (1950, 09 de fevereiro).

Gazeta do Povo. (1950, 10 de fevereiro).

Gazeta do Povo. (1950, 12 de fevereiro).

Gazeta do Povo. (1950, 14 de fevereiro).

Gazeta do Povo. (1950, 22 de agosto).

Gazeta do Povo. (1950, 22 de novembro).

Gazeta do Povo. (1950, 07 de dezembro).

Gazeta do Povo. (1950, 21 de dezembro).

Gazeta do Povo. (1950, 22 de dezembro).

Lacerda, F. S. (1949). Relatório do Reitor. In *Anuário da Universidade do Paraná* (p. 81-91). Curitiba, PR: Universidade do Paraná.

Revista Acadêmica. (1919, abril).

Referências

Bontempi Jr., B. (2011). Os expertos e o jornalista na formação da opinião pública sobre educação: o caso do inquérito de 1914. In J. L. Leite, & C. Alves (Orgs.), *Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas* (p. 141-162). Vitória, ES: Edufes.

Campos, N. (2013). Intelectuais e sistema de ensino livre no Paraná na década de 1910. *Revista de História Regional*, 18(1), 62-85.

Cordova, M. J. W. (2013). Intelectuais, universidade e identidade no Paraná. In N. Campos, & C. Suasnabar (Orgs.), *Educação no Brasil e na*

Argentina: escritos de história intelectual (p. 179-197). Ponta Grossa, PR: UEPG.

Gramsci, A. (2001). *Cadernos do cárcere* (Vol. 2). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Souza, E. F., & Campos, N. (2013). Imprensa no Paraná e o combate ao analfabetismo: trajetória e pensamento de Raul Gomes (1889-1975). *Revista Histedbr On-line*, 13(53), 133-152.

Velloso, M. P. (2003). Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In J. Ferreira, & L. A. N. Delgado (Orgs.), *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo* (p. 145-179). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Submetido em: 02/12/14

Aprovado em: 02/08/16